Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 03/03/2017
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 63 DE 2017.
(Autor: Vereador Policial Madril/PMB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel

O Vereador Policial Madril/PMB, nos termos que regem o art. 121, I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer, depois de cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, para que, dentro do prazo legal, informe o seguinte a cerca da cedência do jogo entre os times de futebol Internacional e Princesa do Solimões, realizado no Estádio Olímpico Regional de Cascavel, em 15 de fevereiro de 2017.

1. Quem contratou o jogo e por quanto? Cópia do contrato de locação, se houver.
2. Qual o valor total da renda do jogo entre Internacional e Princesa do Solimões
3. Qual o número real de público, sendo pagantes e franqueados?
4. Qual o valor destinado a cada time?
5. Houve danos ao patrimônio público local? Quais? Houve conserto? Qual o custo? Quem pagou por eles?
6. Houve renda para a Prefeitura ou Secretaria responsável? Quanto? Qual o destino dessa renda?

É o que Requer. Sala de Sessões.
Cascavel, 2 de março de 2017.

P. Madril
Policial Madril
Vereador/PMB

Justificativa:

O Estádio Olímpico Regional de Cascavel é uma obra de grande envergadura e se destina ao congraçamento entre famílias e amigos, ocupado principalmente por torcedores de variados times de futebol.

Objetivado para este fim é que passou por recente reforma e revitalização, buscando trazer novos atrativos do esporte futebolístico para a cidade e com isso, novo mecanismo de lazer para os munícipes e região.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA

Entretanto, com seu novo leiaute, fez brilhar motivos para que outros times aqui viessem também disputar seus campeonatos, ao qual, em exemplo, o Internacional e Princesa dos Solimões, num espetáculo de cores, torcida e gingas de dribles em campo.

Mas, com isso, houve muitas especulações também sobre o real público e renda, fazendo com que haja a necessidade da fiscalização imposta pelo dever ao Vereador de esclarecer eventuais dúvidas e trazer à tona a verdade dos fatos, buscando em princípio, um consenso formal, do qual faz uso deste expediente.

Em assim sendo, é o presente requerimento com fim de esclarecer e apresentar à população as dúvidas supracitadas.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA